
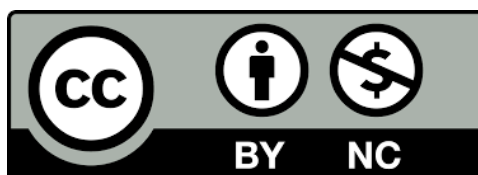


Universidade Federal de São Carlos
Sistema Integrado de Bibliotecas

Guia de Boas Práticas na Pesquisa Científica

São Carlos
2026





Atribuição CC BY-NC

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.

Como citar esta obra:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Guia de boas práticas na pesquisa científica**. 2. ed. São Carlos, 2026. Disponível em: url. Acesso em: data de acesso.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U58g	Universidade Federal de São Carlos. Sistema Integrado de Bibliotecas. Guia de boas práticas na pesquisa científica [recurso eletrônico] / organização e revisão textual Ariadne Chloe Mary Furnival, Brenda Barbosa dos Santos, Cristina Marchetti Maia, Vera Aparecida Lui Guimarães - - UFSCar, 2026. 34 p. : il. Inclui bibliografia. Conteúdo acessível para pessoas com deficiência. 1. Recursos de informação – Manuais, guias, etc. I. Sistema Integrado de Bibliotecas – Universidade Federal de São Carlos. II. Furnival, Ariadne Chloe Mary Furnival. III. Santos, Brenda Barbosa dos. IV. Maia, Cristina Marchetti. V. Guimarães, Vera Aparecida Lui. VI. Título. CDD 23 ed. –
025.52	

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca *Campus* Sorocaba (B-So UFSCar)
Maria Aparecida de Lourdes Mariano – Bibliotecária CRB8/6979



Equipe Organizadora

Organização e revisão textual

Cristina Marchetti Maia

Vera Aparecida Lui Guimarães

Brenda Barbosa dos Santos

Ariadne Chloe Mary Furnival

Parceria

Departamento de Ciência da Informação da UFSCar

Apoio

Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar

Diretoria SIBi

Camila Cassiavilani

Equipe do Sistema Integrado de Bibliotecas

Alexei David Antonio

Alini Cristiani De Carli Demarchi

André Pereira da Silva

Cristina Marchetti Maia

Emilene da Silva da Ribeira

Fabiane Senne Gomes Buonavita

Graziella Yuri Matsuno

Isadora V. Evangelista Geroto

Keila Fernanda de Souza Cruz

Lenita de Godoi

Lissandra Pinhatelli de Britto

Livia Coelho de Mello

Marisa Cubas Lozano

Monica Facincani Camacho

Maria Helena Sachi do Amaral

Marina Penteado de Freitas

Milena Polsinelli Rubi

Renata Carla de Medeiros Esteves

Ronildo Santos Prado

Vera Aparecida Lui Guimarães

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
1 PESQUISA CIENTÍFICA.....	7
2 INTEGRIDADE CIENTÍFICA.....	8
3 A PRÁTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	9
4 MÁ CONDUTA CIENTÍFICA.....	11
5 ONDE PROCURAR POR INFORMAÇÕES SOBRE ÉTICA NA PESQUISA NA UFSCAR..	12
6 QUAIS SÃO OS TIPOS DE PLÁGIO.....	14
6.1 PLÁGIO DIRETO.....	14
6.2 PLÁGIO INDIRETO.....	15
6.2.3 Paráfrase sem atribuição de crédito.....	15
6.2.2 Mosaico.....	16
6.2.3 Uso inadequado de chavões.....	17
6.3 PLÁGIO DE FONTES.....	19
6.4 PLÁGIO CONSENTIDO.....	20
6.5 AUTOPLÁGIO.....	21
7 O QUE NÃO É PLÁGIO.....	22
7.1 O CONHECIMENTO COMUM.....	22
7.2 PARÓDIA.....	22
8 QUAIS FERRAMENTAS PODEM SER UTILIZADAS PARA IDENTIFICAR PLÁGIO.....	24
9 COMO AS BIBLIOTECAS DA UFSCAR PODEM AJUDAR.....	28
9.1 NORMAS DA ABNT.....	28
9.2 GESTORES DE REFERÊNCIAS.....	29
10 PARA SABER MAIS: INDICAÇÃO DE MATERIAIS SOBRE A TEMÁTICA.....	30
REFERÊNCIAS.....	32

APRESENTAÇÃO

O Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar (SIBi-UFSCar) é o órgão responsável pelo desenvolvimento de políticas e pela gestão de questões informacionais para apoio das atividades da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Atualmente é composto por um Conselho, um Comitê Gestor, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, Diretoria, Divisão de Tecnologia e Difusão da Informação (DiTDI), Departamento de Produção Gráfica (DePG), Departamento de Produção Científica (DePC), Portal de Periódicos UFSCar, pelas Bibliotecas da UFSCar: Biblioteca Campus Araras - B-Ar; Biblioteca Campus Lagoa do Sino - B-LS; Biblioteca Campus Sorocaba B-So, Biblioteca Comunitária - BCo.

Este guia foi elaborado pela equipe do SIBi durante o desenvolvimento do segundo ciclo do Programa para Formação de Competência em Informação (ColInfo SIBi-UFSCar) que visa a formação continuada dos servidores do Sistema, realizado de março a agosto de 2022. É resultado de um projeto de extensão aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex), em parceria com o Departamento de Ciência da Informação (DCI) da UFSCar e participação de uma bolsista de extensão na construção do material.

A criação deste conteúdo teve como base as orientações descritas no “Guia para produção de documentos e conteúdos digitais acessíveis para o Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar”. Ele é composto por 10 seções e tem por objetivo fornecer orientações de boas práticas em pesquisa na UFSCar, apresentando conceitos sobre integridade científica, plágio, por meio de exemplos e indicação de materiais e ferramentas, visando a boa conduta científica. Ele é destinado para a comunidade da UFSCar e pesquisadores de forma geral de outras instituições.

As orientações aqui expressas devem ser incentivadas pelos professores, desde os trabalhos iniciais na graduação, para facilitar a continuidade posterior em pesquisas diversas, quer na iniciação científica, na pós-graduação e no trabalho dos pesquisadores. Esperamos que esse guia contribua de forma prática para suprir as necessidades informacionais da comunidade da UFSCar.

1 PESQUISA CIENTÍFICA

A pesquisa científica é a base de quase todo o conhecimento humano, e é graças a ela que vivenciamos um elevado grau de desenvolvimento científico e tecnológico. Para a realização e desenvolvimento de uma pesquisa científica é necessário um planejamento, no qual fontes de informação confiáveis devem ser identificadas e consultadas, tais como: artigos científicos, livros, teses, dissertações, entre outras.

No entanto, em alguns tipos de pesquisas, apenas essas fontes não são suficientes para alcançar os resultados esperados, sendo necessário o envolvimento de seres humanos e/ou animais no estudo com a utilização de inúmeros métodos de pesquisa. Porém, há que se observar os impactos causados para buscar novas descobertas, uma vez que estes nem sempre são favoráveis ao bem-estar dos seres humanos, de outros seres vivos e mesmo do meio-ambiente.

Assim, para prevenir impactos negativos, o comprometimento com a ética torna-se fundamental para o desenvolvimento da ciência. Além disso, a ética profissional e científica pode evitar uma má conduta e estimular o bom convívio entre os pesquisadores. Para a Fiocruz ([20–]a) “Ciência e ética caminham juntas, em busca do crescente progresso sempre em benefício da humanidade e do planeta”. Portanto, a ética tem como principal objetivo apoiar o avanço da ciência e do compartilhamento do conhecimento de maneira segura, responsável e confiável.



2 INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Segundo a Fiocruz ([20–]b), a integridade em pesquisa trata de normas, princípios e diretrizes éticas que regulam as pesquisas acadêmicas e científicas, desde o momento da sua concepção até a publicação de seus resultados para o amplo conhecimento público. Ou seja, significa a adoção de um conjunto de princípios éticos para a condução das atividades do pesquisador e para a elaboração das pesquisas científicas.

Adotar esses princípios éticos é importante, pois revela como a ciência produzida deve ser realizada e expressa para a sociedade, além de coibir fraudes durante o processo de desenvolvimento. De acordo com o Guia de recomendações de práticas responsáveis, lançado em 2013 pela Academia Brasileira de Ciências, os princípios éticos da integridade científica são:

- honestidade
- confiabilidade
- objetividade
- imparcialidade
- cuidado
- respeito
- veracidade
- responsabilidade

Assim, a integridade científica é alcançada quando as práticas são baseadas em princípios éticos e padrões profissionais considerados essenciais e legítimos para o fazer científico responsável pela comunidade científica (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020).


3 A PRÁTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Como já foi dito, a pesquisa científica requer uma conduta responsável de todos os envolvidos no processo. Pesquisadores e instituições devem prezar pela ética na ciência e pela integridade da pesquisa.

Dessa forma, pesquisadores, instituições de ensino e pesquisa, agências de fomento, editores e revisores de publicações científicas devem adotar boas práticas de pesquisa, inclusive observando as normas e a legislação vigentes.

No *Guia de Recomendações de Práticas Responsáveis da Academia Brasileira de Ciências* (2013) há um conjunto de **boas práticas** que devem ser conhecidas e seguidas pelos pesquisadores nas diferentes etapas de desenvolvimento de uma pesquisa científica. Conheça algumas delas:

- Buscar conhecer os critérios de conduta adequados;
- Ter capacidade científica para condução da pesquisa;
- Analisar potencial conflito de interesses;
- Registrar dados coletados de forma objetiva e fidedigna;
- Armazenar dados coletados de forma segura e, quando possível, estarem acessíveis para consulta e validação de outros pesquisadores interessados;
- Utilizar os dados de acordo com os métodos científicos adequados à pesquisa, e não manipular ou utilizar sem referenciar as fontes originais;
- Prevenir falhas e desperdícios;
- Respeitar e cuidar dos objetos de pesquisa (humanos, animais, biológicos) e promover a segurança em suas várias formas;
- Minimizar impactos negativos do projeto e gerir com eficiência os recursos;
- Respeitar a confidencialidade dos dados e dos resultados, quando assim requeridos;
- Creditar o nome da instituição vinculada e das fontes de pesquisa;
- Dar crédito a financiadores e patrocinadores etc;
- Publicar ou disponibilizar os resultados da pesquisa de forma honesta e precisa;

- 
- Associar a autoria a uma contribuição significativa para o trabalho de pesquisa, evitando-se incluir autores que não participaram de seu desenvolvimento;
 - Responsabilizar todos os autores pelo conteúdo de sua publicação;
 - Citar textos ou ideias de outros autores que aparecem na pesquisa, de forma clara e inequívoca, utilizando-se regras e convenções internacionais (normas);
 - As instituições devem orientar e acompanhar os processos de pesquisa e impor penalidades nos casos de má conduta;
 - Desenvolver a cultura científica, visando o estímulo da publicação de resultados de pesquisa, oferecer armazenamento e divulgação das pesquisas científicas elaboradas;
 - Os pesquisadores mais experientes são responsáveis por orientar e acompanhar os pesquisadores mais jovens, para que adquiram o conhecimento relativo ao uso e prática da boa conduta científica;
 - As instituições de pesquisa devem fornecer acesso às fontes de informação e as orientações necessárias para os pesquisadores as acessarem.

Outros documentos com recomendações de boas práticas já foram publicados por diferentes instituições nacionais e internacionais que você pode consultar na seção 10.

4 MÁ CONDUTA CIENTÍFICA

A má conduta científica é aquela que viola os princípios da integridade científica, causando “[...] danos ao avanço do conhecimento científico e à sociedade [...]” (Academia Brasileira de Ciências, 2013, p. 11) e que deve, portanto, ser sempre evitada no processo da pesquisa. A seguir listamos algumas práticas que representam uma má conduta científica, baseadas na Academia Brasileira de Ciências (2013):

- Fabricação de itens em uma pesquisa;
- Manipulação de materiais, equipamentos ou fases da pesquisa, modificando, alterando ou omitindo dados de forma que implique num resultado sem precisão;
- Plágio (iremos falar mais sobre este assunto na seção 6);
- Conflitos de interesse;
- Violação de confidencialidade;
- Falta de consentimento na utilização de materiais;
- Abuso do uso de outras pesquisas;
- Autoria fantasma;
- Envio simultâneo do mesmo artigo para periódicos diferentes;
- Encobrir a má conduta e propor represálias aos denunciadores.

5 ONDE PROCURAR POR INFORMAÇÕES SOBRE ÉTICA NA PESQUISA NA UFSCAR

Nas instituições que realizam pesquisas científicas existem comitês e comissões para garantir o respeito e a prevenção de danos, além de dedicar a atenção necessária aos projetos que promovam intervenção no meio ambiente. Esses comitês contribuem para proporcionar a qualidade das pesquisas e para a discussão do seu papel no desenvolvimento institucional e social da comunidade, avaliando e opinando sobre os problemas éticos, jurídicos, científicos e sociais pertinentes.


No âmbito da UFSCar, a Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPq) é responsável por “[...] gerir, acompanhar e zelar pelo desenvolvimento ético da pesquisa, pela constituição das comissões próprias para avaliação das questões éticas envolvendo os projetos de pesquisa, conforme a legislação vigente.” (UFSCar, 2015, p. 2). Para isso, disponibiliza uma série de normativas que visam regulamentar e instruir quanto às questões éticas que envolvem a pesquisa, de acordo com as legislações vigentes.

O site da ProPq reúne e disponibiliza informações que auxiliam o pesquisador com as questões que envolvem a pesquisa e, especialmente, aquelas voltadas aos aspectos legais e éticos, por meio de comitês e comissões. Essas informações podem ser conferidas na aba Ética do referido site.

A seguir, apresentamos brevemente o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) e as Comissões existentes, como a Comissão de Integridade Ética na Pesquisa (CIEP), Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) e a Comissão Interna de Biossegurança (CIBio) da UFSCar.

[Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos \(CEP\)](#) (link externo)

O CEP está de acordo com as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) é responsável por: “[...] analisar todos os projetos que envolvem seres humanos em pesquisas, em todas as áreas do conhecimento, garantindo a segurança aos direitos dos participantes, bem como dos direitos e deveres da comunidade científica [...]”. (UFSCar, 2022a). É importante ressaltar que, independente da área de conhecimento, qualquer pesquisa que envolva seres



humanos, desde a aplicação de um questionário até intervenções na área da saúde, devem passar pela avaliação do CEP.

Mais informações podem ser consultadas na página do [CEP](#) (link externo).

[Comissão de Integridade Ética na Pesquisa \(CIEP\)](#) (link externo)

A CIEP tem como objetivo desenvolver ações que disseminem as “[...] normas de boa conduta na pesquisa, bem como a capacitação em relação a essas normas e a apuração de eventuais irregularidades [...]” (UFSCar, 2022d).

Mais informações podem ser consultadas na página da [CIEP](#) (link externo).

[Comissão de Ética no Uso de Animais \(CEUA\)](#) (link externo)

A CEUA é responsável por “[...] analisar as propostas de projetos de pesquisa e planos de aula que envolvem o uso de animais (filosofia Chordata, subfilosofia Vertebrata) para atividades de ensino ou de pesquisa científica no âmbito da UFSCar.” (UFSCar, 2022b).

Mais informações podem ser consultadas na página da [CEUA](#) (link externo).

[Comissão Interna de Biossegurança \(CIBio\)](#) (link externo)

A CIBio é responsável por “[...] obter licenças junto à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para o desenvolvimento de atividades de qualquer natureza relacionadas a Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), assim como de monitorar essas atividades no âmbito da UFSCar.” (UFSCar, 2022c).

Mais informações podem ser consultadas na página da [CIBio](#) (link externo).

Você pode conhecer mais no site da [Pró-Reitoria de Pesquisa da UFSCar](#) (link externo).

6 QUAIS SÃO OS TIPOS DE PLÁGIO

O entendimento do conceito de plágio é importante para a construção de um trabalho científico com integridade ética. Sendo assim, o plágio é uma modalidade de má conduta na qual o pesquisador utiliza ideias ou transcreve frases e não cita a fonte original. Ao utilizar fontes de informação, é indispensável que os pesquisadores informem o autor original e façam corretamente as citações e referências dessas fontes, fornecendo o devido crédito para o desenvolvedor original da ideia citada. No Brasil existe a [Lei n. 9.610 de 1998](#) (link externo) que regula os direitos autorais no país.

O plágio pode ocorrer de várias formas diferentes. A seguir, são apresentadas as cinco modalidades de acordo com Krokosz (2012), que são: (1) Plágio direto; (2) Plágio indireto; (3) Plágio de fontes; (4) Plágio consentido; (5) Autoplágio.

6.1 PLÁGIO DIRETO

É a cópia do texto original, sem a devida identificação do autor na citação e na lista de referências. Nas citações diretas, deve-se seguir as orientações das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre como elaborar citações e referências em documentos. A seguir, é apresentado um exemplo extraído da obra de Wurman (2005):

Trecho com a devida citação de acordo com a norma NBR 10520 da ABNT (CERTO):

“O acesso à informação já foi muitíssimo controlado. Era preciso ter muito dinheiro para comprar livros, pagar os estudos e ter tempo para ler. Hoje, simplesmente qualquer um pode conseguir informação.” (Wurman, 2005, p. 13).

NA LISTA DE REFERÊNCIAS:

WURMAN, Richard Saul. **Ansiedade de informação 2**: um guia para quem comunica e dá instruções. São Paulo: Ed. de Cultura, 2005.

Exemplo de trecho plagiado (ERRADO, sem fazer referência ao autor original):

O acesso à informação já foi muitíssimo controlado. Era preciso ter muito dinheiro para comprar livros, pagar os estudos e ter tempo para ler. Hoje, simplesmente qualquer um pode conseguir informação.

6.2 PLÁGIO INDIRETO

O plágio indireto ocorre quando a pessoa que está elaborando o trabalho utiliza sinônimos ou palavras do mesmo campo semântico para dizer a mesma coisa que a fonte consultada, sem fazer a devida referência ao texto utilizado. Ou seja, mesmo que o autor do trabalho não escreva as palavras exatamente como estão expressas no documento consultado, ainda assim é plágio, quando o conteúdo é apenas reescrito de forma diferente, sem fazer a devida referência ao autor original por meio da indicação de uma citação indireta.

É importante enfatizar que a paráfrase em si não é considerada plágio, apenas quando ela ocorre sem a devida atribuição de crédito ao conteúdo original, realizado por meio das citações indiretas e das referências.

Krokosz (2012) aponta que esse tipo de plágio pode ocorrer de três formas, conforme descrito a seguir.

6.2.3 Paráfrase sem atribuição de crédito

Esse é o tipo mais comum de plágio indireto: reescrever o texto fazendo alterações mínimas, como troca de palavras por sinônimos, alteração de preposições ou conjunções ou utilização de expressões mais longas ao invés de objetividade. Krokosz (2012, p. 44) apresenta o seguinte exemplo:

Trecho da fonte original:

Brom (2006, p. 8)

Ritmado pelo avanço do capitalismo, observa-se uma assimetria crescente entre capital e trabalho, com nítida vantagem do primeiro. As relações de trabalho são sucessivamente redefinidas ao longo do trajeto da modernidade, do taylorismo-fordismo à produção flexível. No caso brasileiro, este quadro recebe ainda a moldura da estagnação econômica e da concentração de renda. Para além do plano econômico, todavia, a modernidade assim conduzida deixa marcas profundas no sistema de ideias dos grupos sociais.

Paráfrase com a devida citação de acordo com a norma NBR 10520 da ABNT (CERTO):

A reflexão social brasileira é afetada pela forma como a modernidade é conduzida, caso por exemplo, das mudanças nas noções que se tem sobre as relações de trabalho, as quais decorrem do desenvolvimento do capitalismo, que historicamente privilegiou o capital em vez do trabalho (Brom, 2006).

NA LISTA DE REFERÊNCIAS:

BROM, Luiz Guilherme. **A crise da modernidade pela lente do trabalho**: as percepções locais dos problemas globais. São Paulo: Saraiva, 2006.

Exemplo de trecho plagiado (ERRADO):

Na história do desenvolvimento do capitalismo, constata-se que o capital leva vantagem em relação ao trabalho. No caso do Brasil, soma-se a isto a concentração de renda e a estagnação da economia. Além dos problemas econômicos, esta situação influencia a ideologia da sociedade.

No exemplo apresentado, configura-se plágio pois foram utilizadas ideias da obra original e não foi feita a devida citação após o trecho citado.

6.2.2 Mosaico

Nesse caso, o autor copista se utiliza de partes de diferentes fontes para construção de seu texto; é como se o autor, a partir da junção de diversos "pedaços", elaborasse uma nova obra. Para Krokosz (2012), essa prática assemelha-se a uma "colcha de retalhos", pois embora aparente ser a apresentação de uma nova ideia, na realidade só sistematiza e apresenta ideias de outros autores. Krokosz (2012, p.45) ilustra este tipo de plágio com o seguinte exemplo:

Trechos das fontes originais:

Marconi e Lakatos (2008, p. 48)

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.

Gil (2007, p. 4)

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

Trecho com a devida citação de acordo com a norma NBR 10520 da ABNT (CERTO):

Para Marconi e Lakatos (2008, p. 48), a pesquisa documental “[...] está restrita a documentos escritos ou não, constituindo-se o que se denomina de fontes primárias”. Gil (2007) destaca entre as vantagens deste tipo de pesquisa, a perenidade dos dados documentais, característica adequada às pesquisas de caráter histórico.

NA LISTA DE REFERÊNCIAS:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.


MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Exemplo de trecho plagiado (ERRADO):

A pesquisa documental restringe-se a documentos escritos ou não, o que se denomina de fontes primárias. Em geral, apresenta uma série de vantagens, entre elas o fato de que os documentos constituem fonte de informação rica e perene, o que é importante em qualquer pesquisa histórica.

No exemplo apresentado, configura-se plágio pois foi construído um texto utilizando fragmentos das duas fontes apresentadas acima e não foram feitas as devidas citações após os trechos citados.

6.2.3 Uso inadequado de chavões



O último tipo de plágio indireto acontece quando o redator utiliza palavras-chave específicas de um campo, ainda originais, e que não caíram no uso comum, sem fazer referência ao autor que originalmente propôs os respectivos termos e palavras.

Krokosz (2012) observa que para expressões e conceitos cujo entendimento na área em que estão inseridos já são de senso comum, não há a necessidade expressa de que sejam feitas citações das obras e autores que os originaram. Nesse caso, eles podem ser apresentados de maneira corrida no texto, sem que sejam feitas essas menções.

No entanto, esse não é o caso de outras expressões mais recentes, que ainda não são do conhecimento de todos da área e se configuram como algo inovador na temática em que estão inseridas. Em casos como esse, é estritamente necessário que se faça menção ao pesquisador que introduziu o termo na área, atribuindo crédito à sua obra. No caso de dúvidas, se a expressão é popularmente conhecida ou ainda é algo inovador, Krokosz (2012) recomenda que a atribuição de crédito seja feita, garantindo que não ocorra plágio indireto.

Krokosz (2012, p. 47) nos apresenta mais uma vez um exemplo de como essa situação pode ocorrer:

Trecho da fonte original:

Takeuchi e Nonaka (2008. p. 59)

Nosso modelo dinâmico de criação do conhecimento está ancorado no pressuposto crítico de que o conhecimento humano é criado e expandido através da interação social entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito. Chamamos esta interação de “conversão do conhecimento”.

Trecho com a devida citação de acordo com a norma NBR 10520 da ABNT (CERTO):

Concluimos que dependendo do tipo de relações que se estabelecem entre as coisas (conhecimento objetivo) e a pessoa (conhecimento subjetivo) ocorre o que é chamado por Takeuchi e Nonaka (2008) de “conversão do conhecimento”.

NA LISTA DE REFERÊNCIAS:



TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008.

Exemplo de trecho plagiado (ERRADO):

Concluimos que há um processo de conversão do conhecimento dependendo das relações que se estabelecem entre as coisas (conhecimento objetivo) e a pessoa (conhecimento subjetivo).

No exemplo apresentado, configura-se plágio pois foi utilizada a mesma expressão da obra original e não foi feita a devida citação após o trecho citado.

6.3 PLÁGIO DE FONTES

Muito comum, esse tipo de plágio acontece quando o pesquisador utiliza uma citação de uma obra consultada por outro autor e não consulta a fonte original. O correto seria fazer a citação de citação (*apud*), de acordo com a norma de citações da ABNT e citar a fonte de fato utilizada. No entanto, este tipo de citação deve ser evitado, sempre dando preferência para a consulta ao material original.

Trecho da fonte original

Campello e Caldeira (2008, p. 24):

De acordo com McArthur (1986), o termo dicionário aparece pela primeira vez como *dictionarius*, em 1225, no título da obra do inglês John Garland. Nomeava uma coleção de palavras latinas arranjadas por assunto para uso de alunos.

Trecho com a devida citação de acordo com a norma NBR 10520 da ABNT (CERTO):

De acordo com McArthur (1986) apud Campello e Caldeira (2008, p. 24) “[...] o termo dicionário aparece pela primeira vez como *dictionarius*, em 1225, no título da obra do inglês John Garland. Nomeava uma coleção de palavras latinas arranjadas por assunto para uso de alunos”.

NA LISTA DE REFERÊNCIAS:

CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra (org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

Exemplo de trecho plagiado, caso não tenha consultado a obra de McArthur (ERRADO):

De acordo com McArthur (1986), o termo dicionário aparece pela primeira vez como *dictionarius*, em 1225, no título da obra do inglês John Garland. Nomeava uma coleção de palavras latinas arranjadas por assunto para uso de alunos.

NA LISTA DE REFERÊNCIAS:

MCARTHUR, T. **Worlds of reference**: lexicography, learning and language. Cambridge: University Press, 1986.

No exemplo apresentado, configura-se o plágio pois o autor citou e referenciou um texto que não teve acesso (McArthur, 1986). Nesse caso, deveria ter referenciado o texto que estava em sua posse (Campello; Caldeira, 2008).

A referência do texto de Campello e Caldeira (2008) deve ser inserida nas referências bibliográficas e, opcionalmente, em nota de rodapé, colocar a referência do texto não consultado, de McArthur (1986).


6.4 PLÁGIO CONSENTIDO

O plágio consentido manifesta-se por meio de um acordo entre os envolvidos, que pode incluir remuneração. Ele “[...] consiste na apresentação ou assinatura de obra intelectual alheia como de autoria própria, com autorização do autor original, sendo denominado consentido, porém considerado fraude intelectual” (Rezende *et al.*, 2021, p.21).

O diferencial neste tipo de plágio é que há o consentimento do(s) autor(es) do original e o suposto autor apresenta um conteúdo como se fosse seu, mas que já foi publicado ou apresentado pelos autores que deram o consentimento. Ou seja, nesta modalidade, o mesmo conteúdo é cedido por terceiros (como colegas ou amigos, entre outros) e é reproduzido da mesma forma que o original, só que com outra indicação de autoria.

Alguns exemplos de plágio consentido:

1- Quando há um acordo comercial em que há a compra de um trabalho acadêmico elaborado por outra pessoa ou empresa (Krokoscz, 2004).



2- Quando o autor autoriza o uso de uma ideia, conceito ou trecho de seu trabalho para outra pessoa utilizá-la sem fazer a devida citação.

Consideramos esses casos como plágio, pois mesmo com o consentimento do autor original, há a intencionalidade de enganar o leitor sobre uma falsa autoria de conteúdo.

6.5 AUTOPLÁGIO

Ocorre quando o autor se utiliza de trechos ou partes de suas publicações anteriores sem fazer as devidas citações, e assim, não apresentando nada de novo para o meio científico. O autoplágio, no entanto, não infringe a Lei de Direitos Autorais, mas é antiético e configura uma má-conduta científica na obtenção de interesses difusos como: concorrer a bolsas, financiamentos, concursos, progressão na carreira etc.

Para evitar os tipos de plágio mencionados, consulte as seções 8 e 9 e saiba mais sobre as ferramentas antiplágio, normas da ABNT e outras ferramentas e serviços das Bibliotecas da UFSCar.

7 O QUE NÃO É PLÁGIO

Apesar do plágio acontecer de diversas formas, seja de forma intencional ou não, nem tudo é classificado como plágio, afinal a escrita natural de todo idioma tem grandes possibilidades de transmitir uma mesma ideia de inúmeras formas, uma vez que a escolha das palavras é diferente para cada pessoa (Krokosczy, 2004). Isso faz com que o plágio direto seja mais difícil de ser cometido, pois dificilmente os textos seriam escritos de forma idêntica. No entanto, há situações em que não se trata também de caracterizar um plágio indireto, isto é, dizer a mesma coisa com outras palavras. Vejamos quais são elas:


7.1 O CONHECIMENTO COMUM

Trata-se do conhecimento ou informação pública que um leitor médio e instruído dispõe, muitas vezes sem ter que procurar e confirmá-la. Ex.: O vírus causador da COVID-19 é o SARS-CoV-2. A guerra entre a Rússia e a Ucrânia inviabilizou muitos produtos para a exportação mundial e os preços dos combustíveis dispararam não só no Brasil.

E nas diferentes áreas do conhecimento (Biológicas, Sociais, Humanas etc.), conforme aponta Krokosczy (2012, p. 97), “[...] há vários conhecimentos básicos ou amplamente difundidos que são considerados comuns e, portanto, não precisam ser citados e referenciados.”. Mas, em caso de dúvida, esse autor levanta dois pontos: primeiro, se durante o ato de escrita as ideias são próprias, constituindo-se num ato de criação, tudo certo! Porém, é aí a segunda questão mais problemática: se começam a faltar ideias e esse autor começa a procurar em fontes diversas (revistas, livros, internet etc.) e resolve reproduzir com suas palavras o que leu nesses locais, necessariamente, neste caso, deverá citar as fontes consultadas. E enfatiza Krokosczy (2012, p. 98) que “[...] isso não é demérito para o texto e tampouco para o redator. Pelo contrário, denota erudição, conhecimento de fontes e respeito aos autores e às obras consultadas.”

7.2 PARÓDIA

Consiste na recriação, reformulação de um texto original, porém introduzindo humor, sarcasmo, ironia ou fazendo uma crítica. A paródia utilizada desde a



Antiguidade, é feita a partir de um poema, uma música, um filme etc. A legislação sobre os direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19/02/1998) em seu art. 47 estabelece que todas as paródias são válidas, desde que não sejam reproduções idênticas da obra originária e nem lhe implicarem descrédito. Atualmente, os memes, sejam eles cômicos ou críticos, são verdadeiras paródias no meio virtual. Mas, eles não se configuram como plágio!

8 QUAIS FERRAMENTAS PODEM SER UTILIZADAS PARA IDENTIFICAR PLÁGIO

Existem várias ferramentas que ajudam a combater o plágio e garantir a integridade científica. A apropriação indevida de ideias, textos e imagens são consideradas crime, por isso todas as formas de expressão já publicadas, citações e imagens devem ser devidamente referenciadas evitando, assim, o plágio.

Para garantir que não se faça a apropriação indevida existem diversas ferramentas gratuitas e pagas, para verificação de similaridade (semelhança). Neste guia são apresentadas algumas ferramentas gratuitas que podem ser usadas por estudantes, pesquisadores, docentes e instituições de ensino e pesquisa (Universidade Federal de São Carlos, 2017).

- [AntiPlagiarist](#) (link externo) (versão gratuita para teste)



ACNP Software
Plagiarism detection software

Como funciona: compara vários documentos ao mesmo tempo para descobrir se existem trechos e frases que foram copiados. Elabora relatórios com os trechos suspeitos de plágio; verifica os formatos dos documentos: Microsoft Word, Wordperfect, arquivos PDF, arquivos HTML, arquivos de texto simples e arquivos Rich Text Format.

Como acessar: baixando o software no [link](#) (externo) da ferramenta.

- [CopyLeaks](#) (link externo)



COPYLEAKS

Como funciona: a versão gratuita rastreia conteúdo online e verifica o plágio em até 10 páginas por mês.

Como acessar: É possível fazer o login no [site](#) (link externo) em diferentes dispositivos como computadores, smartphones ou tablets.

- [CopySpider](#) (link externo)



Como funciona: verifica documentos e apresenta relatórios com marcações coloridas dos trechos semelhantes a outros documentos ou que estão referenciados de maneira incorreta.

Como acessar: baixando o software no [link](#) (link externo) da ferramenta.

- [Dupli Checker](#) (link externo)



Como funciona: o texto deve ser inserido no site e as frases com suspeita de plágio aparecem destacadas em vermelho, indicando a fonte original. Os resultados são precisos, pois utiliza dados estatísticos que fornecem uma análise abrangente do texto verificado.

Como acessar: é necessário criar um perfil no [site](#) (link externo).

- [Google Assignments](#) (link externo)



Como funciona: com os recursos de colaboração das ferramentas de Educação Google (Google Workspace for Education) que estão disponíveis para a comunidade da UFSCar, onde professores e alunos podem gerar relatórios de originalidade dos trabalhos realizados.

Como acessar: é necessário fazer o login com a conta Google Workspace e utilizar a ferramenta pelo [Google Classroom](#) (link externo).

- [NoPlagio](#) (link externo)



Como funciona: compara a escrita do texto com conteúdos disponíveis online, sejam eles repositórios públicos ou banco de dados acadêmicos. Oferece serviços para instituições de ensino e pesquisa e para estudantes, professores, pesquisadores, escritores, freelancers, entre outros.

Como acessar: criando uma conta pelo [link](#) (link externo) da ferramenta.

- [Plagiarism Combat](#) (link externo)




Como funciona: executa pesquisas sequenciais de trechos do documento em sites de busca e com técnicas de processamento de dados, aponta as cópias indevidas.

Como acessar: o programa pode ser baixado pelo [link](#) (link externo) e utilizado gratuitamente, mas com algumas restrições relativas ao tamanho (200kb) e resultados (50%). A versão completa é apenas para assinantes.

- [Plagiarisma](#) (link externo)

PLAGIARISMA

Como funciona: funciona online, onde os trechos desejados devem ser inseridos em uma caixa de texto no site ou o arquivo (em formato txt, htm,



rtf, doc, docx, odt ou pdf) pode ser anexado para detecção das similaridades.

Como acessar: pelo [link do site](#) (link externo).

- [Plagium](#) (link externo)

:::plagium™

Como funciona: a versão gratuita analisa fragmentos de textos até 1.000 caracteres e indica o teor de semelhanças em relação à fonte comparada.

Como acessar: basta acessar o [link do site](#) (link externo).

9 COMO AS BIBLIOTECAS DA UFSCAR PODEM AJUDAR

Além de todas as boas condutas mencionadas na seção 3, os pesquisadores devem utilizar a escrita científica e fazer o uso de citações e referências, pois utilizando as normas adequadas podem evitar o plágio e trazer mais rigor ético ao trabalho científico. A seguir, serão apresentados alguns recursos.

9.1 NORMAS DA ABNT

As Bibliotecas da UFSCar oferecem diversos serviços e materiais visando a formação ética de sua comunidade, como o **serviço de orientação e formação em normalização**. Para saber mais, visite o site da Biblioteca do seu Campus ou o Espaço do Pesquisador, disponível no site do SIBi.

- [Biblioteca Comunitária](#)
- [Biblioteca Campus Sorocaba](#)
- [Biblioteca Campus Lagoa do Sino](#)
- [Biblioteca Campus Araras](#)
- [Espaço do Pesquisador](#)

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é a entidade responsável pela publicação de Normas Brasileiras (NBR), que são elaboradas por seus Comitês, Organismos e Comissões (ABNT, 2022), dentre eles, o Comitê de Informação e Documentação, que estabelece normas a serem seguidas durante a escrita de um trabalho acadêmico.

As principais normas da ABNT da área de Informação e Documentação são:

- NBR 6021 - Publicação periódica técnica e/ou científica
- NBR 6022 - Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica
- NBR 6023 – Elaboração de Referências em documentos
- NBR 6024 - Numeração progressiva das seções de um documento
- NBR 6027 - Sumário
- NBR 6028 - Resumo
- NBR 14724 - Trabalhos acadêmicos
- NBR 10520 – Elaboração de Citações em documentos

- NBR 10719 - Relatório técnico e/ou científico
- NBR 15287 - Projeto de pesquisa
- NBR 15437 - Pôsteres técnicos e científicos

As normas da ABNT são disponibilizadas para a comunidade da UFSCar pelo [catálogo Pergamum](#) (link externo) via *Target GEDWeb*. Acesse o [site do SIBi](#) (link externo) e da sua Biblioteca para saber mais.

Além disso, o [canal do SIBi no Youtube](#) (link externo) oferece séries de videoaulas práticas e explicativas, como: "[O que você precisa saber sobre o plágio](#)" (links externos). As videoaulas são de curta duração, com tradução em LIBRAS e legendas.

9.2 GESTORES DE REFERÊNCIAS

Os gestores de referências são softwares voltados para o uso acadêmico e que auxiliam na organização das informações recuperadas de diversas fontes de pesquisa, portanto, eles facilitam a gestão e compartilhamento de bibliografias e automatizam a elaboração de citações e referências na escrita científica. Os mais conhecidos e acessíveis para a comunidade da UFSCar são: [Mendeley](#) (link externo), [Zotero](#) (link externo) e [EndNote Web](#) (link externo) (disponível no Portal de Periódicos CAPES).

Para mais informações sobre os gestores de referências, acesse os respectivos sites dos recursos e também o curso online e gratuito "Como utilizar o Mendeley na gestão da pesquisa acadêmica", disponível no [Portal de Cursos Abertos \(POCA\)](#) (link externo) da UFSCar e a série "[O que você precisa saber sobre gestores de referências bibliográficas](#)" (link externo), em que é apresentado em detalhes sobre o Zotero.

10 PARA SABER MAIS: INDICAÇÃO DE MATERIAIS SOBRE A TEMÁTICA

Para se aprofundar na temática, o SIBi recomenda a consulta do seguinte conteúdo:

Nacionais

- [Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP](#) (link externo)

Traz diretrizes éticas para as atividades científicas e é destinado aos pesquisadores bolsistas, assessores, periódicos científicos e instituições de pesquisa apoiadas pela FAPESP.

- [Código de Ética, Conduta e Integridade da Finep](#) (link externo)

Orienta os colaboradores da Finep e os seus parceiros de negócios acerca da conduta ética e dissemina conceitos sobre integridade.

- [Diretrizes básicas para a integridade na atividade científica \(CNPq\)](#) (link externo)

Apresenta 21 diretrizes básicas que devem ser adotadas por autores para a integridade na atividade científica.

- [Diretrizes do CSE para Promover Integridade em Publicações de Periódicos Científicos da ABEC \(Associação Brasileira de Editores Científicos\)](#) (link externo)

Aborda as diretrizes do Council of Science Editors (CSE) e coloca quais responsabilidades pela promoção da integridade na publicação de periódicos científicos deve ser assumida pelos envolvidos no processo editorial.

Internacionais

- [Academic Integrity at MIT: a Handbook for Students](#) (link externo)

Trata-se de um manual para estudantes do Massachusetts Institute of Technology (MIT) com informações para a escrita de trabalhos acadêmicos, apresenta diretrizes para evitar a má conduta (plágio) e consequências de cometer violações à integridade acadêmica.

- [Committee on Publication Ethics](#) (link externo)
Oferece suporte para editores, editoras e todos os envolvidos no processo de publicações científicas com o objetivo de normalizar as práticas éticas dentro da cultura editorial.
- [Netherlands Code of Conduct for Research Integrity](#) (link externo)
Oferece diretrizes para pesquisadores e para comitês de integridade em pesquisa e estabelece deveres e cuidados para as instituições de pesquisa.
- [Plagiarism](#) (link externo)
Apresenta os melhores métodos utilizados pela comunidade acadêmica para detecção de plágio e contém vídeos e artigos abrangentes sobre o tema.
- [The Office of Research Integrity](#) (link externo)
Supervisiona e dirige as atividades de integridade de pesquisa do Serviço de Saúde Pública americano e é responsável por desenvolver políticas, procedimentos e regulamentos relacionados à detecção, investigação e prevenção de má conduta em pesquisa e à conduta responsável da pesquisa.
- [The National Committee for Research Ethics in Science and Technology \(NENT\)](#) (link externo)
Traz conceitos de “ética em pesquisa”, “integridade científica”, “veracidade” e “responsabilidade” e apresenta diretrizes de boas práticas acadêmicas para pesquisadores e instituições.

Esperamos que as diretrizes e informações delineadas neste guia possam ser úteis para subsidiar e consolidar, cotidiana e rotineiramente, as suas boas práticas científicas e acadêmicas. Pois entendemos que a adoção consensual e coletiva destas normas de boas práticas fortalece e caracteriza comunidades e instituições científicas robustas e produtivas.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Quem somos**. [S. l.]: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2022. Disponível em: <https://www.abnt.org.br/institucional/sobre>. Acesso em: 04 maio 2022.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Rigor e integridade na condução da pesquisa científica**: guia de recomendações de práticas responsáveis. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2013. Disponível em: <https://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-4559.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1998]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso: 03 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Biblioteca Comunitária. Departamento de Referência. **Guia de ferramentas anti-plágio**. São Carlos, SP: UFSCar, 2017. Disponível em: <https://www.sibi.ufscar.br/arquivos/guia-de-ferramentas-anti-plagio.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2022.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra (org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

FIOCRUZ. **Ética na pesquisa**. Rio de Janeiro: Fiocruz [20–]a. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/etica-em-pesquisa>. Acesso em: 15 de jun. 2022.


FIOCRUZ. **Integridade em pesquisa**. Rio de Janeiro: Fiocruz [20–]b. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/integridade-em-pesquisa#:~:text=A%20Integridade%20em%20Pesquisa%20%C3%A9,a%20concep%C3%A7%C3%A3o%20at%C3%A9%20a%20publica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 17 de ago. 2022.

KROKOSCZ, Marcelo. **Autoria e plágio**: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores. São Paulo: Atlas, 2012.

REZENDE *et al.* Abordagem do plágio acadêmico como um problema ético. **Revista Educação**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 18-25, 2021. Disponível em: <http://revistas.unq.br/index.php/educacao/article/view/4502/3290>. Acesso em: 20 maio. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Pró-Reitoria de Pesquisa. **Resolução ConsUni nº 829, de 18 de dezembro de 2015**. Homologa o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Pesquisa. São Carlos, 2015. Disponível em: <https://www.propq.ufscar.br/a-propq/regimento-propq.pdf>. Acesso 26 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Pró-Reitoria de Pesquisa. **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)**. São Carlos, 2016a. Disponível em: <https://www.propq.ufscar.br/etica/cep/apresentacao>. Acesso em: 19 ago. 2022.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Pró-Reitoria de Pesquisa. **Comissão Interna de Biossegurança (CIBio)**. São Carlos, 2016c. Disponível em: <https://www.propq.ufscar.br/etica/cibio-comissao-interna-de-biosecuranca/descricao-cibio>. Acesso em: 19 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Pró-Reitoria de Pesquisa. **Descrição - CEUA**. São Carlos, 2016b. Disponível em: <https://www.propq.ufscar.br/etica/ceua-comissao-de-etica-no-uso-de-animais/descricao-ceua>. Acesso em: 19 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Pró-Reitoria de Pesquisa. **Missão - CIEP**. São Carlos, 2016d. Disponível em: <https://www.propq.ufscar.br/etica/ciep-comissao-de-integridade-etica-na-pesquisa/missao-ciep>. Acesso em: 19 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Pesquisa. **Guia para integridade em pesquisa científica**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/propesq1/propesq/wp-content/uploads/2020/09/Guia-para-Integridade-em-Pesquisa-2020-UFRGS.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

WURMAN, Richard Saul. **Ansiedade de informação 2**: um guia para quem comunica e dá instruções. São Paulo, Ed. de Cultura, 2005.